

GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES DE EXTENSIONISTAS RURAIS DA MICRORREGIÃO RIO DOCE, ESPÍRITO SANTO

Alessandra Maria da Silva¹; Niraldo José Ponciano²; Lilian Sagio Cezar³; Paulo Marcelo de Souza⁴

¹ Doutoranda em Produção Vegetal – UENF; Extensionista Rural – INCAPER;
alessandravet92@gmail.com

² Professor Doutor – UENF; njponciano@gmail.com

³ Professora Doutora – UENF; lsagio@hotmail.com

⁴ Professor Doutor – UENF; pmsouza@uenf.br

Grupo de Pesquisa 9: Extensão Rural e Políticas Sociais para o Campo.

Resumo

A Extensão Rural no Brasil privilegiou a difusão tecnológica de práticas intensivas de produção, ampliando as desigualdades socioeconômicas no meio rural, especialmente as relacionadas a gênero. Com a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a Extensão Rural passou a atender aos princípios de equidade de gênero previstos para atuação extensionista. Este trabalho teve por objetivo conhecer as experiências e as formas de atuação dos Extensionistas Rurais do órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Espírito Santo, relacionadas às questões de gênero e de participação das mulheres rurais nas políticas públicas, nos municípios de Linhares, Rio Bananal e Sooretama, norte do Estado. Para tanto, aplicaram-se roteiros de entrevistas semiestruturadas para dez Agentes de Extensão em Desenvolvimento Rural, servidores da instituição oficial de ATER daqueles municípios. Os dados foram transcritos, sistematizados e submetidos à análise de conteúdo. Os extensionistas se apresentaram naturalizados com as desigualdades de gênero, não desenvolvendo ações que incentivem a participação feminina nas políticas públicas. Mudanças nos paradigmas de gênero arraigados à Extensão Rural devem ser estimuladas tanto na academia quanto nas instituições de ATER com o propósito de se efetivar a participação feminina nas políticas públicas para a agricultura familiar.

Palavras-chave: Extensão Rural; Políticas Públicas; Mulheres Rurais; PNATER; Relações de Gênero.

GENDER, PUBLIC POLICIES AND RURAL EXTENSION: AN ANALYSIS BASED ON THE REPRESENTATIONS OF RURAL EXTENSION WORKERS FROM RIO DOCE MICROREGION ESPÍRITO SANTO, BRAZIL

Abstract

The Rural Extension in Brazil has privileged the technological diffusion of intensive production practices, amplifying the socioeconomic inequalities in the rural environment, especially those related to gender. With the institution of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), the Rural Extension began to comply with the principles of gender equality envisaged for extension work. The objective of this work was to know the experiences and the forms of action of the Rural Extension workers of the official Technical Assistance and Rural Extension Agency (ATER) of Espírito Santo, Brazil, related to gender issues and the participation of rural women in public policies in the municipalities of Linhares, Rio Bananal and Sooretama, north of the state. To that end, semi-structured interviews were applied to ten Extension Agents of the official ATER institution of those municipalities. The data were transcribed, systematized and submitted to content analysis. Extension workers were naturalized with gender inequalities and did not develop actions that encourage female participation in public policies. Changes in the gender paradigms rooted in the Rural Extension should be stimulated both in the academy and in the ATER institutions with the purpose of effecting the participation of women in public policies for family agriculture.

Key words: *Rural extension; Public policy; Rural Women; PNATER; Gender Relationships.*

1. Introdução

A ação extensionista rural foi, durante muitos anos, caracterizada por uma assistência técnica de visão difusionista e produtivista, resultando na adoção de pacotes tecnológicos e na utilização de práticas intensivas de produção que contribuiram para a degradação ao meio ambiente e para o crescimento das desigualdades socioeconômicas no meio rural. E em relação às questões de gênero, a extensão rural contribuiu para a segregação das funções no espaço rural ao não favorecer o acesso ao conhecimento técnico-gerencial e o desenvolvimento das capacidades das agricultoras enquanto sujeito produtivo na unidade familiar agrícola, mantendo a visibilidade do trabalho feminino exclusivamente para as atividades domésticas. Nas diversas formas organizativas também foi privilegiada a atuação masculina e esta hegemonia em todos os espaços de decisão contribuiu para ampliar o quadro de desigualdade de gênero.

Somente após o Grito da Terra Brasil – movimento sindical que reúne trabalhadores e trabalhadoras rurais e diversos outros movimentos sociais – em seu primeiro evento em 1995, que resultou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, o Estado evidenciou o início do reconhecimento da importância da Agricultura familiar no Brasil e apresentou propostas para a diminuição da desigualdade social no campo. Paralelamente e com o apoio do movimento do Grito da Terra Brasil, movimentos feministas do campo, como a Marcha das Margaridas – que reúne mulheres rurais de todo o Brasil desde o ano de 2000 –, passaram a reivindicar os direitos das mulheres rurais, a garantia de acesso aos serviços e políticas públicas pelas mulheres e sua família e a emancipação econômico-política feminina. Dessa forma, com a continuidade dos

movimentos reivindicatórios do campo, com as mudanças institucionais e com os novos contextos políticos que priorizaram a participação, os Extensionistas necessitaram se adequar à sua realidade de atuação, conforme as exigências das políticas públicas do início deste século.

Assim, em contraposição ao modelo produtivista e atendendo às reivindicações dos movimentos dos agricultores e agricultoras familiares, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), criada em 2004 e instituída pela Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), propôs uma nova visão de desenvolvimento rural em busca de um modelo menos desigual e excludente. A construção de novas relações entre os diferentes sujeitos no desenvolvimento rural proposta pela PNATER procurou dar maior visibilidade ao trabalho da mulher e sua participação em todos os espaços produtivos e sociais, na tentativa de reduzir as desigualdades de gênero, enraizada na sociedade, orientando, dessa forma, a ação extensionista.

Paralelamente a essas mudanças propostas pela PNATER, houve também, em 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que resultou na Política Nacional para Mulheres (PNM). Outras duas conferências foram realizadas nos anos de 2007 e 2012, gerando atualizações no Plano Nacional de Políticas para Mulheres PNPM, que tiveram como objetivo fundamentar os planos governamentais, orientando-os pelos princípios da igualdade na diversidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade, participação e solidariedade, reconhecendo as mulheres como sujeitos de direitos e como sujeitos políticos e valorizando sua contribuição para o país. Nestes termos, buscou-se a implementação de políticas de promoção da equidade de gênero; da autonomia econômico e financeira da mulher; de ampliação da inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar; de ações afirmativas, garantindo a participação da mulher nos diversos espaços de decisão; dentre outros (BRASIL, 2013).

Diante desse contexto, diversas políticas públicas voltadas para o meio rural buscaram mudar o cenário rural hegemonicamente masculino, como os programas de acesso ao crédito para agricultura familiar voltados especificamente para as mulheres, apoio à comercialização, fomento às atividades produtivas rurais, incentivo à organização de mulheres, dentre outras, os quais têm não somente incentivado a participação da mulher, como também determinado quantitativamente esta participação nas metas institucionais. Embora essas políticas públicas não sejam, em sua maioria, destinadas às mulheres rurais, estabeleceram-se de cotas de participação feminina. No entanto, essas cotas de participação apresentam caráter mais de orientação do que de controle da participação. Ou seja, torna-se necessária a atuação dos movimentos sociais e da Extensão Rural como forma de garantir ou favorecer o acesso das mulheres às políticas públicas.

A partir dessas mudanças, o trabalho dos extensionistas rurais passou a ser de mediadores ou facilitadores do processo de mudança e desenvolvimento, que é um trabalho de longo prazo, baseado em negociações de conflitos e contradições em uma sociedade complexa com diferentes visões do mundo, na flexibilidade na postura e de difícil assimilação e prática. As políticas públicas nem sempre são desenvolvidas levando em consideração todas essas peculiaridades, cabendo aos extensionistas rurais, como implementadores dos programas e projetos, lidar com a complexidade do processo de mediação social para o desenvolvimento (DEPONTI, 2010). Dessa forma, o não engajamento do extensionista rural no incentivo à participação da mulher no planejamento econômico da família, bem como no processo de emancipação e empoderamento feminino por meio das políticas públicas, pode contribuir para a perpetuação das relações desiguais de gênero no meio rural.

A partir desse contexto, questiona-se: a Extensão Rural oficial está preparada para incentivar ou fortalecer a inclusão das mulheres rurais no acesso às políticas públicas? Quais as representações das relações de gênero norteiam a postura extensionista no processo de implementação de políticas públicas? Levanta-se a hipótese de que, com base no princípio de equidade de gênero proposto pela PNATER, a Extensão Rural está preparada para a atuação na execução de políticas públicas para a agricultura familiar, incentivando e fortalecendo a inclusão e participação das mulheres rurais como forma de contribuir para seu empoderamento.

Este trabalho teve por objetivo conhecer as experiências e as formas de atuação dos Extensionistas Rurais do órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Espírito Santo, relacionadas às questões de gênero e de participação das mulheres rurais nas políticas públicas para a agricultura familiar, como forma de contribuir para seu empoderamento, nos municípios de Linhares, Rio Bananal e Sooretama, da Microrregião Rio Doce, norte do Estado.

2. Metodologia

A pesquisa empírica, do tipo qualitativa, foi realizada na Microrregião Rio Doce, localizada no norte do Estado do Espírito Santo, abrangendo os municípios de Linhares, Rio Bananal e Sooretama, entre os meses de outubro de 2016 e fevereiro de 2017.

O Estado do Espírito Santo é formado por 78 municípios distribuídos em uma área com pouco mais de 46 mil km² e possuindo uma população de 3.514.962 habitantes (IBGE, 2010). O Estado possui 84.356 estabelecimentos agropecuários, sendo 67.403 pertencentes à categoria de agricultura familiar, correspondendo a 79,9% do total dos estabelecimentos. (IBGE, 2006).

A região Norte do Estado se caracteriza por clima quente e seco, apresentando diferentes formas de ocupação do solo, especialmente com café Conilon (*Coffea canephora*), frutas e pecuária de corte, sendo estas últimas concentradas principalmente em propriedades não familiares. Segundo Duarte (2010) a região norte capixaba concentra o maior número de organizações de movimentos sociais, sindicais, Escolas Famílias Agrícolas e organizações não governamentais com uma atuação histórica de lutas. Este fator teria influenciado positivamente a atuação de muitos dos extensionistas rurais que praticam a abordagem interativa, com ações participativas norteadas pelos princípios agroecológicos e do desenvolvimento sustentável.

A Microrregião Administrativa Rio Doce se localiza na Região Central do Estado, e é onde se localizam os municípios de Linhares, Rio Bananal e Sooretama, que compõem o recorte geográfico deste trabalho.

O instituto estadual de ATER atua nos 78 municípios do Estado, além de possuir escritórios distritais e onze fazendas experimentais, onde o instituto desenvolve pesquisas agropecuárias. Fazem parte do quadro de Agentes de Extensão em Desenvolvimento Rural, 268 extensionistas rurais (OLIVEIRA e BORGES, 2016).

Como objeto da pesquisa, todos os dez Extensionistas Rurais do órgão estadual de ATER que atuam nos municípios relacionados participaram da pesquisa, submetendo-se à aplicação de entrevistas semiestruturadas compostas por perguntas que abordaram desde o nível de conhecimento relacionado aos conceitos de gênero e extensão rural, a representação das relações de gênero na visão dos extensionistas, até a rotina do trabalho extensionista e o modo de implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar adotado pelos sujeitos da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e codificadas. Cada extensionista recebeu uma codificação com as iniciais ER (Extensionista Rural) seguidas de numeral que representou a ordem em que foram entrevistados, variando de ER1 a ER10. Os dados obtidos foram sistematizados, categorizados e submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 1977).

3. Resultados e discussão

3.1 O Perfil dos Extensionistas entrevistados: da formação acadêmica à Extensão Rural

Os Extensionistas Rurais submetidos à entrevista formam o quadro técnico efetivo do órgão de ATER da microrregião Rio Doce. Quanto à formação acadêmica, quatro são engenheiros agrônomos, um licenciado em ciências agrárias, um zootecnista, um engenheiro florestal, um tecnólogo em silvicultura, um técnico em agropecuária e engenheiro civil e um técnico em agropecuária graduando em tecnologia em gestão ambiental. Dos dez extensionista entrevistados, três são mulheres.

A idade dos entrevistados variou de 32 a 51 anos de idade, com média 41,4 anos. A experiência como Extensionista Rural entre os entrevistados foi variável, variando de três a 23 anos de atuação na Extensão Rural. A maior parte dos técnicos tiveram o primeiro contato com a Extensão Rural a partir do ingresso como servidor público no instituto de ATER. Quatro dos dez entrevistados atuaram como Extensionistas Rurais ligados a movimentos sociais como o Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (MEPES) e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), ou como servidores municipais em Secretarias de Agricultura, anteriormente ao ingresso no instituto de ATER. O tempo médio de serviço oficial no órgão estadual de ATER foi de 6,6 anos, variando de 3 a 12 anos.

Independentemente da formação acadêmica, todos afirmaram não ter recebido preparação suficientemente para atuação em extensão rural, tendo “aprendido na prática” (ER 10) o seu *modus operandi*. Todos afirmaram também que não houve qualquer tipo de treinamento ou orientação para o trabalho com questões de gênero, seja durante a formação acadêmica ou na formação continuada oferecida pela instituição de trabalho.

A formação acadêmica é técnica, ela não prepara para isso, né? Pelo menos na agronomia. Nos outros cursos eu não sei. A agronomia ela tem uma discussão técnica, né? Não tem uma discussão de Extensão Rural, também (ER 7).

Naquele modelo de escola agrotécnica você não sabe o que é Extensão Rural, não. Porque, então, a perspectiva de Extensão Rural ela é bem maior do que aquilo que a escola ensina, né? (ER 10).

Apesar de seu ingresso recente na Extensão Rural oficial, oito dos extensionistas entrevistados afirmaram ter pouco ou nenhum conhecimento da PNATER. E sete dos entrevistados afirmaram já ter ouvido falar do princípio de equidade de gênero proposto pela PNATER, mas que nunca foram capacitados ou orientados para o desenvolvimento de trabalhos com este foco.

De fato, as instituições de ensino técnico e superior mantêm, de certa forma, um viés produtivista e pouco pautado na participação e na problematização no ensino de Extensão Rural. De acordo com Scopinho (2010, p.1), “isto implica ampliar o conceito e o escopo da ação extensionista”. E, se a ação extensionista deve ser pautada no diálogo de saberes, as técnicas de ensino-aprendizagem tradicionalmente utilizadas na academia também devem

sofrer modificações, pois segundo a autora, os extensionistas rurais tendem a reproduzir com os agricultores familiares os mesmos métodos que aprenderam com seus mestres.

Callou et al. (2008) avaliando o estado da arte do ensino em Extensão Rural no Brasil observou que as ementas da disciplina de Extensão Rural ainda privilegiavam a difusão tecnológica como prática extensionista, persistindo “uma forte referência ao caráter tecnicista e individualista e não problematizador da disciplina” (p. 105). Os autores afirmam que tem havido um esforço em romper velhos paradigmas, com alguns avanços, mas que muitas dificuldades no campo do ensino da Extensão Rural ainda permanecem, como a inexistência da abordagem a temas como “Gênero, Geração e Etnias”, tão abordado nas políticas públicas de ATER.

Caporal e Ramos (2008) afirmam que, apesar das capacitações realizadas na década passada, no programa de formação de agentes de ATER para atuarem segundo os princípios da PNATER, eles observaram que ainda existe uma certa inércia por parte das instituições e dos extensionistas, que permanecem na prática difusionista, com o uso de metodologias de extensão obsoletas, atualmente ineficientes e inadequadas para as necessidades da nova Extensão Rural com enfoque agroecológico. Certamente, devido ao comportamento organizacional que resiste à mudança do papel difusionista da Extensão Rural, ainda arraigado nas universidades e nas instituições de ATER. Dessa forma, a mudança nas estratégias de atuação extensionista nos moldes da PNATER deve partir desde a academia, que formarão os futuros profissionais extensionistas, até as instituições de ATER, onde receberão a formação continuada (CAPORAL e RAMOS, 2008).

Na sua trajetória na Extensão Rural, apenas dois extensionistas afirmaram ter experienciado algum trabalho envolvendo questões de gênero, apesar de sete deles terem trabalhado a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e seis terem trabalhado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio de associações e cooperativas, e sendo exigido a cota de participação feminina em 40% do corpo de associados/cooperados. Apenas cinco deles já operaram o PRONAF, mas não possuem experiências com PRONAF Mulher. Isso demonstra que não basta a exigência legal das ações afirmativas. Há a necessidade de se mudar a forma como os extensionistas percebem seu papel na implementação de políticas públicas e desenvolvem suas ações, buscando-se atualizar e nivelar o conhecimento em Extensão Rural e em questões de gênero e desigualdades sociais.

3.2 Gênero e Extensão Rural: conhecendo os conceitos

O conhecimento dos conceitos norteia a representação e a postura das pessoas diante dos fatos e circunstâncias. A forma como os extensionistas representam a Extensão Rural, faz com que busquem executar sua tarefa da forma mais aproximada possível daquilo que acredita ser sua função. A ideia de gênero e da construção social em que o termo está inserido, contribui para a formação da conduta do extensionista rural diante das relações sociais de gênero. Sabendo-se como implementador de políticas públicas para o meio rural, o extensionista rural, com sua representação sobre Extensão Rural e Gênero, estabelece suas estratégias de abordagem e de execução das ações.

O conceito de Extensão Rural foi moldado com o tempo e de acordo com os contextos socioeconômicos e, especialmente, políticos, mas se baseou na ideia de processo educativo não formal para os indivíduos do campo (PEIXOTO, 2008). Esses conceitos foram elaborados a partir da visão norte americana de Extensão Rural que remonta do século XVIII (OLIVEIRA, 1988) sofrendo poucas alterações em literaturas mais conservadoras.

Ao se basear na ideia de processo educativo, Oliveira (1988) considera como complexo o conceito de educação, sendo múltiplos: na visão freiriana, a educação é a prática

da liberdade, não a transferência de saberes, culturas, tecnologias; na literatura americana, a educação é tratada com pragmatismo, sendo considerada como desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes; já na literatura inglesa, esse desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes estariam relacionados ao treinamento, não à educação, a qual seria o desenvolvimento de personalidade, vivência pessoal, não atrelado especificamente ao profissional. Dessa forma, Oliveira (1988) entende que, como a influência na Extensão Rural brasileira se deu baseada na americana, predominou a corrente da “escola nova” que utilizava como *slogan* “aprender a fazer, fazendo”.

Assim, Oliveira (1988) entende Extensão Rural como sendo um processo educativo que tem por finalidade promover a adoção de novas tecnologias pelos agricultores, que resultem no aumento da produção, produtividade e renda. Ao encontro da mesma orientação, para Olinger (1996) a Extensão Rural é também um processo educativo, onde o sujeito de sua ação é o ser humano e o objetivo principal é a produção e comercialização das safras com menor dano possível ao meio ambiente.

Peixoto (2008), entende que Extensão Rural como um processo estaria ligada ao seu termo literal como ato de estender, transmitir conhecimentos da fonte geradora para o receptor final. Mais amplamente, poderia ser entendida como um processo educativo de comunicação, tanto de conhecimentos técnicos quando de outros conhecimentos. Aqui o autor diferencia a Extensão Rural da Assistência Técnica, pois esta última não teria um caráter educativo, visando atender a problemas pontuais, sem objetivar a capacitação do produtor rural. No entanto, o autor pondera que não é possível desvincular a Extensão Rural da Assistência Técnica, mas não o contrário.

Paulo Freire (1983) teceu severas críticas ao uso do termo “extensão”, pois, segundo ele, o sentido etimológico da palavra está ligado à ideia de “estender algo a alguém”, de transmitir, doar, entregar, manipular. Esses termos envolvem ações que transformam os seres humanos em coisas, negando sua capacidade de interação e de transformação do mundo. Para este autor, na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de depositar algo em alguém, ressalta nele uma conotação indiscutivelmente mecanicista, que prega educação tradicional que, em vez de libertar o homem, torna-o escravo, submetido a manipulações, negando-lhe sua atuação como sujeito pensante e atuante na história. Para Freire (1983), o extensionista, antes de tudo, deve ser um educador, o qual também se educa em uma troca de conhecimentos. Deve ser um agente que em suas relações homem-mundo seja capaz de transformações reais e radicais. Freire (1983) propõe a dialogicidade na Extensão Rural, não a difusão ou transferência de conhecimento de uma pessoa “detentora do saber” para outra pessoa “desprovida do saber”, pois ambas possuem saberes diferentes.

Assim, Caporal (2003) propõe um conceito mais abrangente da Extensão Rural no contexto da PNATER e em consonância com as ideias de Freire, como sendo um processo educativo e transformador que se baseia na participação e na construção social de conhecimentos, na consciência sobre a realidade, em busca do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental equitativo e sustentável, com base em princípios agroecológicos e culturais dos atores sociais envolvidos no processo.

E, finalmente, o primeiro inciso do artigo 2º, referente ao Capítulo 1, que trata da PNATER, entende-se por ATER:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

Questionados sobre o conceito de Extensão Rural, seis dos dez extensionistas entrevistados atribuíram ao processo de difusão de tecnologias e assistência técnica ao produtor rural. Para ER 9, a despeito da PNATER, a Extensão Rural continua no mesmo caminho difusionista.

Seria qualquer conhecimento, qualquer conhecimento que a gente possa passar para outra pessoa. É isso, a pessoa usar aquilo ali para ela melhorar o que ela tem vontade de fazer. Enfim, seria uma passagem de conhecimentos de uma pessoa para a outra, independentemente do meio de comunicação, independentemente da pessoa (ER 5).

Eu acho que a extensão rural é um encontro de duas ou mais pessoas em que necessariamente um é o acadêmico que detém o conhecimento científico. [...] Ele detém o conhecimento científico e ele geralmente leva uma proposta de desenvolvimento (ER 7).

Para mim extensão rural é você conseguir, é você levar algo que não existe lá no meio rural para lá. É o conhecimento seu acadêmico científico ou prático até aquela propriedade lá (ER 8).

É o trabalho que a gente fazia e continuou fazendo. É a assistência aos agricultores de base familiar, né? (ER 9).

Os outros três afirmaram que a Extensão Rural não se trata meramente da transferência de tecnologias, sendo necessário uma atuação sociocultural dos extensionistas rurais em uma abordagem mais freiriana, considerando que a Extensão Rural “é um processo educativo” (ER 3), com vistas a ao aprendizado mútuo.

Eu acho que é a gente levar um pouco de nosso conhecimento, né, aos agricultores. Aprender, também, com a experiência deles e ajudá-los a se desenvolver, a se conhecer, saber de sua importância, né? (ER 4).

Ela é um processo de educação que não é formal, que não tem receita, e que é contínuo, tanto para o agricultor quanto para o extensionista (ER 10).

Se tomar-se como ideia a difusão de tecnologias e de políticas públicas, de mera transmissão de informação como processo para implementação de tais políticas, incorre-se em risco de se permitir a perpetuação do acesso hegemonicamente masculino aos direitos sociais. A desconexão da necessidade de problematização proposta por Freire (1983), do debate e da construção da consciência sobre a realidade proposta por Caporal (2003), reduz a probabilidade de a Extensão Rural atuar na promoção da inclusão das minorias e dos desfavorecidos historicamente, como é o caso das mulheres.

Recorrendo-se à conceituação do termo gênero, seis dos extensionistas rurais atribuíram às diferenças físico-fisiológicas do que é masculino e feminino e sete não souberam responder o que é divisão sexual do trabalho. É importante ressaltar que o conceito de identidade sexual é etimologicamente diferente do conceito de gênero. Enquanto a identidade sexual se refere às características físicas e biológicas do indivíduo, a identidade de gênero se refere à construção social do que é ser feminino e masculino (BEAUVOIR, 1949; BELOTTI, 1987; SCOTT, 2008).

Para Beauvoir (1949) o termo tem origem na percepção sobre as diferenças sexuais, uma construção social orientada em função das características biológicas, que moldam o comportamento das pessoas baseado nessas diferenças e sobre elas estabelecem-se as relações de poder. E é baseado nesta construção social de gênero que se constrói a divisão sexual do trabalho, enfatizando as diferenças entre homens e mulheres, como produção e reprodução,

público e privado (FARAH, 2004) e a divisão social e cultural na perspectiva da hierarquia nas relações de poder entre homens e mulheres em contextos específicos (SCOTT, 2008).

Apenas quatro extensionistas apresentaram um conceito aproximado do que significa gênero ou de divisão sexual do trabalho como uma forma de entender as relações de gênero:

Gênero é o fruto das relações entre homem e mulher. [...] O homem faz aquilo que foi determinado pelo conjunto da sociedade e a mulher faz aquilo que foi determinado pela sociedade (ER 7).

A função da mulher, a função do homem (ER 10).

Scott, Rodrigues e Saraiva (2010) consideram que o termo gênero não explicita, necessariamente, a desigualdades inerentes entre homens e mulheres, mas normas que os modelam, fazendo parte do mecanismo da ordem social e que varia de acordo com as construções dessas identidades na multiplicidade de contextos rurais.

As relações de poder são inevitáveis em todos os contextos. Mosedale (2005) propõe que o enfoque de relação de poder entre gêneros não deva ser na questão da limitação das ações de alguns pela ação de outros, mas olhar para as diferenças significativas em direito social e considerar o quanto essas diferenças podem ser minimizadas ou eliminadas. São os limites sociais que definem o que é possível dentro das relações de poder e o quanto essas relações se aproximam do estado de dominação.

Assim, a atuação extensionista na implementação de políticas públicas com enfoque em gênero está intimamente relacionada à sua representação das relações de poder, especialmente das relações de gênero, e como sua atuação é influenciada por essas representações, as quais podem comprometer o acesso e, portanto, a efetividade da implementação de tais políticas.

3.3 A representação dos Extensionistas quanto às relações de gênero no núcleo familiar e na sociedade

Bourdieu (2002) afirma que a desigualdade de gênero é anterior às desigualdades sociais e foi reforçada pelas instituições sociais, como a própria família, a igreja, a escola e o Estado. Assim, A partir desta construção social das relações de gênero, as divisões dos papéis sociais se naturalizam por meio da construção de valores, comportamentos e símbolos que impõem uma condição desigual e desprivilegiada da mulher em relação ao homem (BOURDIEU, 2002). Existe uma normalização na distribuição das tarefas, cabendo às mulheres as atividades domésticas e reprodutivas e aos homens as atividades financeiras e produtivas. Ocorre uma exclusão da mulher no conhecimento das tecnologias e da sua participação nas decisões, as quais são atribuídas ao marido, além da desvalorização do seu trabalho, o qual é considerado como uma “ajuda” sem direito à remuneração (SILIPRANDI, 2015).

A representação das relações de gênero sob a ótica extensionista demonstra que, de acordo com o total de respostas apresentadas sobre como os entrevistados percebem o papel da mulher rural, a divisão sexual do trabalho divide também os espaços, sendo o feminino interno ou doméstico/reprodutivo e o masculino externo ou produtivo. Assim, cabe às mulheres rurais as tarefas de cuidados da família, como o preparo de alimentos, o cuidar das crianças e idosos, o cuidado da casa, e também do entorno (jardins, pequenas criações e hortas). Já aos homens é reservada a responsabilidade das atividades principais da propriedade, geradoras de renda, bem como a gestão dos recursos financeiros e o espaço

público de relações sociais e econômicas. Outra função atribuída às mulheres pelos entrevistados é a de manutenção da ordem, da harmonia e da união no lar.

Os homens trabalham do lado externo da casa e a mulher trabalha internamente na casa. Mas, geralmente a mulher ajuda nos processos de fora da casa, ela ajuda, ela contribui, né? Mas os homens, geralmente, não ajudam nas concepções internas da casa, né? Quem cuida do filho, da louça, da horta, dos pequenos animais, na maioria que a gente percebe são as mulheres. E o homem trabalha na lavoura na atividade econômica que traz mais renda pra família (ER 7).

Ressalta-se que sete dos dez entrevistados afirmaram que as mulheres “ajudam” o marido na condução das atividades agropecuárias e, apesar de utilizarem o termo “ajuda”, afirmaram que muitas vezes a mulher trabalha mais do que os homens, pelo próprio acúmulo de jornadas de trabalho. Esta desvalorização da importância do trabalho feminino foi também relatada por Siliprandi (2009) e por Schott, Rodrigues e Saraiva (2010) que observaram a representação social dos trabalhos femininos como uma mera condição de “ajuda”. Os demais extensionistas utilizaram o termo “contribuição” em vez de “ajuda”, e um extensionista usou este último termo ressaltando a ironia na escolha desta palavra, com o intuito de demonstrar a importância do trabalho feminino, que infelizmente não tem o devido reconhecimento pela família.

A participação da mulher ela está muito restrita a acompanhar o marido nas atividades que já estão condicionadas à família. Então, se ela trabalha, é como uma parceira do marido nas atividades específicas da família. Eu vejo isso na fala deles: “nossa, se minha mulher não estivesse aqui, se eu não tivesse ela me ajudando, me ajudando na propriedade, ajudando [*nesse momento o extensionista enfatiza a palavra na entonação de voz*], nossa, eu estaria ferrado porque a mão de obra é cara, e graças a Deus minha mulher me ajuda muito” (ER 3).

Ela ajuda na roça, ela capina, ela interage na produção econômica das culturas principais. Ela sempre está na lavoura com o homem, ou quando não está na lavoura ela está produzindo comida, está trabalhando no processo de bastidor. Então, ela é uma trabalhadora rural, a própria lei garante isso, né? (ER 7).

Cinco dos dez entrevistados admitiram que, apesar de entender a necessidade da desconstrução da divisão sexual do trabalho como forma de dominação masculina, reconhecem que em seu próprio lar essa divisão ainda é praticada. Três deles foram enfáticos quanto ao papel feminino na divisão de tarefas. Os demais afirmaram compartilhar de forma igualitária as atividades econômicas e domésticas em sua vida conjugal.

Bom, primeiro a gente não pode abandonar o lado maternal. Então, assim, primeiro no cuidado com os filhos, com a segurança dos filhos, com a criação, o tratamento dos filhos. Fundamental, fundamental! Depois, na segurança do lar, dos cuidados com o lar, da casa etc., no preparo de alimentos etc. (ER 2).

Não é a mesma [*função*] do homem. A função dela eu penso que seja muito mais administrativa no sentido de gestão. Ela é a responsável pelo sucesso da família rural hoje. [...] Seria cuidar das atividades que não exijam dela um tempo e uma distância muito grande da casa. Eu acho que é fundamental. [...] Por mais que eu tente não ser machista, a atividade interna da casa é feminina. [...] Porque algumas atividades, a mulher, pelas características físicas, não vou falar de fragilidades, mas pela força que tem que dispender, eu acho que a mulher ficaria fora de algumas atividades, entendeu? (ER 3).

Ah, apesar da modernidade de hoje a gente não deixa de ver a mulher como o esteio da família, na parte que se refere a educação, a parte que se refere a carinho, é mais

carinhosa, mais organizada, né? Eu tenho aquela visão de a mulher ser mais organizada, ser mais carinhosa, ser mais voltada ao lar. Está mais preocupada com o bem-estar do lar, da família (ER 8).

Quando questionados sobre a participação das mulheres nas políticas públicas, todos os entrevistados afirmaram que a participação efetiva das mulheres está muito aquém do esperado, ou das cotas estabelecidas. Na percepção dos extensionistas, as cotas de participação contribuem para abrir o espaço para a participação feminina, mas tais espaços permanecem sob o domínio masculino, sendo que os homens têm usado o nome de suas esposas para acessar as políticas públicas, como um mero cumprimento às exigências institucionais.

Participação de mulher existe, mas eu não vejo, assim, tão grande a participação das mulheres. Não sei. Acho que a questão de tocar a propriedade, ela ainda é muito direcionada ao homem. [...] É o nome dela, mas o processo ainda é gerido principalmente pela força masculina, não pela mulher (ER 1).

Não sei dizer. [...] Parece que o homem usa a mulher, né? Para conseguir esse dinheiro. [...] Não era participação. Isso a gente percebeu mesmo (ER 6).

A nossa história de participação feminina tem sido muito frágil. [...] o próprio PAA por exemplo, ele indica que tem que ter 40% das mulheres nos projetos, né? Mas isso tem sido usado instrumentalmente, colocam elas lá só pra cobrir a lacuna, não tem um debate, uma discussão muito grande com elas, né? (ER 7).

Para sete dos dez os extensionistas entrevistados, o processo decisório intrafamiliar está sob domínio masculino, do “chefe da família”. Os outros três acreditam que, de forma indireta, a mulher participa do processo decisório, influenciando o marido.

A decisão ela está sempre atrelada também à decisão do marido. Eu não tenho percebido muitos casos de mulheres que, salvo aquelas que realmente já moram sozinhas e vivem sozinhas, que dentro de um contexto onde existe a figura do homem, ela toma decisões de forma isolada (ER 2).

Como regra, ele é extremamente machista, né? Quem decide é o homem (ER 3).

A minha percepção é que a decisão é mais do homem. Só que, assim, a minha experiência diz que em casa, quando ele comenta aquilo com a mulher, muitas vezes ou ele pensa diferente ou ele desfaz aquilo que ele fez ou ele toca adiante, mas a mulher, a minha percepção é que a mulher tem um papel fundamental nas decisões. Não de imediato, ali na frente de todos, mas quando o casal está na sua residência, no seu aconchego, aquela conversa aparece e algumas coisas mudam. Não a decisão por si muda, mas o caminhar daquilo ali muda (ER 8).

Geralmente é do homem, mesmo que as vezes a mulher participe, mas ele jamais vai falar isso. Mesmo que ouça a mulher, né? Mas não é ela que vai lá assinar o contrato, não é ela que vai pegar esse dinheiro (ER 10).

Percebe-se na fala do depoente ER 8 que, para ser ouvida, a mulher não pode se expor, contradizendo o marido na frente de todos. Há a necessidade de persuasão por parte dela e nem sempre sua ideia é respeitada.

No entanto, apesar de reconhecerem o baixo nível de participação feminina nas políticas públicas e da dominação masculina nas relações de gênero, os extensionistas rurais admitem não priorizar ações no âmbito das questões de gênero, reservando-se o papel de implementação da política de forma instrumental, não problematizadora e tampouco

dialógica, no tocante às relações de gênero. Isso demonstra uma percepção naturalizada das relações desiguais entre homens e mulheres, levando à inércia dos extensionistas rurais frente à realidade falocêntrica vivida no campo.

De acordo com os estudos de Hernández (2009), os agentes mediadores da extensão rural nem sempre são sensibilizados com as questões de gênero, atuando, na maioria das vezes, como perpetuadores das relações sociais desiguais, em especial as de gênero, devido à construção social em que estão inseridos seus valores e vivências.

Siliprandi (2002) afirma que tais mediadores possuem dificuldades em incorporar a temática de gênero em suas ações e reconhece que os profissionais de Extensão Rural fazem parte de uma sociedade machista, sendo um reflexo da mesma. De fato, foi possível observar que nove dos dez extensionistas entrevistados não se consideram preparados para trabalhar políticas de gênero, mas se dispõem à serem capacitados para fazê-lo. Apenas ER 9 se considerou apto para trabalhar com questões de gênero, no entanto, o mesmo extensionista demonstrou uma percepção machista da realidade, apresentando a irrevogabilidade da posição doméstica feminina. De acordo com as reflexões de Siliprandi (2002), para uma mudança na conduta dos extensionistas, haveria a necessidade de se desconstruir os preconceitos, tornando horizontal as relações entre homens e mulheres extensionistas e entre estes e os agricultores e agricultoras.

3.4 O papel das instituições e dos extensionistas no processo de implementação de políticas para mulheres

Historicamente, a Extensão Rural foi construída sobre bases sociais falocêntricas, com as quais compartilhava as ideias e princípios. Os escritórios das Agências de Crédito e Assistência Rural (ACAR), primeiras instituições de ATER implantadas no Brasil na década de 1940, possuíam uma equipe composta por um agrônomo, uma agente de economia doméstica e uma auxiliar de escritório. A assistência técnica propiciada aos agricultores era baseada nos métodos educativos da pedagogia extensionista propostos pelo Serviço americano de Extensão Rural. As equipes realizavam visitas às propriedades rurais, cursos, demonstrações técnicas, palestras, realização de feiras e excursões, identificavam líderes, auxiliavam no acesso ao financiamento bancário, dentre outros. Também se buscava formar grupos organizados de agricultores, mulheres, jovens; realizar trabalhos de educação sanitária e alimentar, melhoramento do lar rural, hortas, recreação etc. (OLINGER, 1996). Nota-se que, na visão da época, eram considerados agricultores somente os homens “chefes de família”. Mulheres e jovens formavam uma categoria em separado, com atendimento exclusivo e atividades restritas.

Aquelas instituições de ATER incluíram os trabalhos com economia doméstica em suas ações, voltado para a capacitação de mulheres rurais quanto ao preparo de alimentos e ao conhecimento de seu valor nutritivo, além de educação sanitária. As extensionistas domésticas (assim eram chamadas) eram treinadas em educação para alimentação e saúde. Conforme apontado por Olinger (1996), as ações desta área compuseram um dos mais importantes programas de Extensão Rural da história: o Programa Educação para a Alimentação e Saúde. Conforme os relatos de Olinger (1996) as ações da ACAR apresentavam divisões de público, separando as mulheres e os jovens do grupo de agricultores. Este autor afirma que inicialmente os serviços da ACAR “eram conhecidos como uma ajuda técnica e financeira aos agricultores e donas de casa” (p. 49), evidenciando a invisibilidade do trabalho feminino como agricultora, sendo as mulheres consideradas meramente como “donas de casa”.

Fica evidente no relato de Olinger (1996) a divisão sexual do trabalho tanto na equipe técnica dos extensionistas, quanto na abordagem às famílias rurais, demonstrando a

naturalização nas diferenças de gênero. Cabiam os assuntos relacionados ao secretariado e ao entendimento de assuntos domésticos exclusivamente às mulheres, conforme o uso do artigo feminino antes das atribuições do cargo; enquanto nas propriedades rurais eram reforçadas as responsabilidades femininas quanto ao bem-estar das famílias:

Os Escritórios eram instalados nos municípios em acomodações modestas, com um agrônomo, **uma moça treinada em economia doméstica** (curso de 2º grau) e **uma auxiliar de escritório** e um veículo (jipe) [...] fazia demonstrações práticas e palestras visando aumentar a renda das famílias e **mostrar às donas de casa** como melhorar sua qualidade de vida” (p. 50-51, grifo nosso).

A divisão sexual do trabalho se tornou uma norma a ser seguida pela Extensão Rural. Segundo Bourdieu (2002), a divisão sexual do trabalho é o pilar das desigualdades nas relações de gênero na sociedade. Sua naturalização reforça as desigualdades e as perpetua. No entanto, Olinger (1996) apresenta em sua obra relatos do trabalho feminino nos anos de 1960, como agricultora, dona de casa e mãe, que ia para o campo com enxada manual para o preparo do solo para o plantio, ou com foice para cortar forragem para o gado leiteiro. Ele afirmou que além dos afazeres domésticos, as mulheres rurais trabalhavam duro no campo e aparentavam idade bastante superior a realidade, devido à vida sofrida que levavam. Mesmo assim, os treinamentos e capacitações das mulheres rurais eram voltados para os afazeres domésticos, ignorando a sua força de trabalho rural ou tornando-o invisível aos olhos institucionais. Assim, o trabalho da Extensão Rural, historicamente, excluiu as mulheres do acesso aos conhecimentos em tecnologias agropecuárias.

Como forma de mitigar essa dívida social da Extensão Rural com as mulheres agricultoras, a PNATER se norteia pelos seus princípios de equidade e sustentabilidade, dentre eles, os princípios de equidade de gênero. E, se a própria PNATER reconhece a Extensão Rural como um processo educativo contínuo, multilateral e multidisciplinar, caberia, então, a ela a inserção do processo de educação em equidade de gênero, de forma continuada, com perspectivas de mudanças de valores no meio rural, contribuindo para efetivar o reconhecimento da mulher rural como cidadã detentora e usufruidora de seus direitos.

Essa proposta foi apresentada pelos extensionistas rurais entrevistados ao serem questionados sobre de que forma a Extensão Rural poderia contribuir para mudar a realidade do acesso das mulheres rurais às políticas públicas. Todos atribuíram parte da responsabilidade da difusão da informação e da educação em relações de gênero à Extensão Rural, como forma de conscientização das famílias rurais e de empoderamento feminino. Além do Estado atuando via Extensão Rural, os movimentos sociais também foram citados como corresponsáveis nesse processo.

Poderia ser dentro do próprio instituto [*a mudança*], ou criar um outro mecanismo de ter uma entidade que trabalhe exclusivamente com esse público (ER 1).

A gente só vai mudar isso no dia que o Estado decidir fazer, trabalhar com Extensão Rural. [...] No dia em que a gente tiver um Estado comprometido com a Extensão Rural. O extensionsista que já está há 20 anos ou o extensionista que chegar na instituição [...], ele vai entrar sabendo que ele vai trabalhar com Extensão Rural [...], ele vai estar com um olhar um pouco mais voltado para a família e não como unidade de produção. [...] E, obviamente que as mulheres vão começar a ter uma visibilidade maior. Mas, isso é coisa de no mínimo médio prazo (ER 3).

A extensão rural ela se dá a partir do momento em que o governo resolve definir o que que a Extensão quer para aquele estado, naquele determinado momento. Se ele constrói uma Extensão do modelo que nós atuamos aqui, que é uma extensão, na minha perspectiva, uma extensão machista, só tem homem, ne? Masculinizada. [...]

Então, nós precisávamos de ter equipes multidisciplinares, inclusive, penso eu, para tratar da saúde da família também. Porque aí pode haver mudança, né? (ER 7)

A extensão rural, ela pode ser um braço pra isso, mas eu acho que ela precisa ter muito mais aula de feminismo pra conseguir fazer isso. Porque talvez, como a extensão rural ela é um braço do governo para executar as políticas públicas, talvez, nós extensionistas não estamos preparados para trabalhar as questões de gênero com as mulheres. E aí fica difícil. Se a gente não está preparado, até pra gente conseguir articular isso, né? (ER 10)

No entanto, os extensionistas demonstraram que a mudança depende, também, da vontade política de atender aos princípios da PNATER, capacitando os extensionistas para o trabalho com enfoque em gênero, em empoderamento feminino. Não apenas reforçando a divisão sexual do trabalho, implementando as políticas de forma a manter as mulheres em atividades “tipicamente femininas”, conforme citado por Pacheco (2009). Assim, na visão dos extensionistas, a atuação de equipes multidisciplinares e a educação dos próprios extensionistas e das famílias rurais em orientações feministas podem contribuir para esse processo. Essa visão corrobora a de Bourdieu (2002), que considera a educação como um dos principais fatores de mudança nas relações de gênero. Segundo ele, a educação contribui para a inserção no mercado de trabalho, gerando independência financeira e consequente transformação das estruturas familiares.

Pettan (2010) analisou o alinhamento das instituições oficiais de ATER com a PNATER, de acordo com a representação dos extensionistas rurais e observou que cerca de 80% das entidades de ATER trabalham alinhadas à PNATER, mas que as entidades não estão adequadas organizacionalmente para implementar a política. Para Pettan (2010), a PNATER contribuiu para que as organizações consolidassem a missão e visão institucionais e suas estratégias de atuação, priorizando o atendimento aos agricultores familiares e a capacitação do corpo técnico responsável por sua execução local. Reconheceu que as ações estão chegando nas diferentes categorias, mas que, apesar disso o número de beneficiários das categorias historicamente desfavorecidas ainda é pequeno.

Para a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM, 2011) há uma corresponsabilidade dos órgãos governamentais pela consolidação de políticas públicas com enfoque em gênero. A transversalidade seria um dos fatores de sucesso e uma das condições essenciais para seguir avançando. Para tanto, há a necessidade de reorganização da totalidade das políticas públicas, e sua assimilação por todas as estruturas governamentais, permitindo uma ação integrada e sustentável, com vistas a garantir o acesso de mulheres às diversas políticas públicas.

A ideia de buscar uma Extensão Rural plural, respeitando as especificidades de cada região, envolvendo a participação dos diversos atores rompe com o modelo convencional e exige a quebra de paradigmas. Isso tem colocado em cheque o antigo modelo organizacional das instituições de Extensão Rural, sendo um processo gradativo e que exige vontade e decisões políticas (Caporal e Ramos, 2008). Assim, segundo esses autores, para que o processo tenha sucesso é imprescindível “o envolvimento e o engajamento de todos os membros das organizações de Ater de todos os níveis hierárquicos” (p. 8), estimulando a nova prática extensionista no interior das entidades, de forma a democratizar as decisões e incentivar a corresponsabilidade.

Pettan (2010) esclarece que a mudança ocorre de forma gradativa e depende não somente da institucionalização da Lei de ATER, mas dos diversos atores envolvidos no processo de implementação, como os governos estaduais, os extensionistas rurais, movimentos sociais e sindicais, universidades, organizações não governamentais e os próprios agricultores e agricultoras familiares, dentre outros, que são também corresponsáveis pela

efetividade da política, dependendo de seus interesses públicos ou privados, levando-os a colaborar ou não na adoção dos princípios da PNATER.

4. Considerações finais

Constatou-se que, desde a institucionalização da ATER que o serviço de Extensão Rural tem privilegiado a difusão de pacotes tecnológicos e perpetuado as relações desiguais tanto sociais quanto de gênero. Um pequeno interstício de tempo nos 65 anos de Extensão Rural no Brasil, mais especificamente a partir de 2004, com a criação da PNATER, houve uma possibilidade de se respirar novos ventos da Extensão Rural incluyente e dialógica, em detrimento da excluyente e difusionista. Mas, que parece não ter se fortalecido o suficiente para romper com o padrão clássico difusionista.

Foi possível concluir com este estudo que a formação acadêmica dos extensionistas entrevistados não contribuiu para romper com os padrões tecnicistas e falocêntricos, pelo contrário, manteve os paradigmas e o caráter difusionista, o que pode ter contribuído para a naturalização da representação das desigualdades sociais pelos extensionistas.

A instituição oficial de ATER, apesar dos investimentos em infraestrutura e capacitações realizadas, também não tem priorizado ações que promovam a redução das desigualdades de gênero, a despeito das orientações da PNATER, bem como as diretrizes de implementação das políticas públicas.

As ações afirmativas que estabeleceram cotas de participação feminina nas políticas públicas não têm contribuído eficazmente para o acesso das mulheres a essas políticas, resultando em mero cumprimento institucional com a comprovação, via assinatura, da participação da mulher, permanecendo o poder de decisão nas mãos dos homens. E que, apesar do conhecimento dos fatos pelos extensionistas rurais, nenhum deles apresentou ações desenvolvidas que minimizem este tipo de atitude ou que estimulem verdadeiramente a participação feminina.

Romper com esses padrões depende de uma concepção mais crítica sobre o que é o desenvolvimento rural e sobre as relações sociais predominantes. A Extensão Rural deve buscar outros paradigmas pautados na liberdade, na igualdade e na agroecologia, buscando o respeito à cidadania e aos direitos dos povos rurais, especialmente daqueles historicamente excluídos do processo.

Para tanto, a própria Extensão Rural pública deverá priorizar a relação entre agricultores e os extensionistas, buscando sua atuação como um agente de desenvolvimento, não apenas de educador ou de difusor de tecnologias. Mas, isso só será possível desde que haja uma mudança na postura de todos os níveis hierárquicos da instituição de ATER e desde que a orientação para a atuação extensionista priorize a igualdade social, e aí se inclui a equidade de gênero, criando novas possibilidades de participação consciente de todos os atores envolvidos.

Novos estudos que avaliem as mudanças nas diretrizes das instituições de ATER, atreladas à avaliação da atuação extensionista e ao impacto dessas ações na consolidação das políticas públicas com enfoque em gênero no Estado do Espírito Santo devem ser realizadas com o intuito de se propor o direcionamento de ações que contribuam para a redução das desigualdades de gênero no meio rural.

5. Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977. 225p.
- BEAUVOIR, Simone de. (1949) **O segundo sexo**: a experiência vivida. V. 2. Trad. de Sergio Milliet, 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. O descondicionamento da mulher. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 164p.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2002. 160p.
- BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.
- _____. Lei nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Seção 1, p. 1.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; et al. O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria: UFSM, v. 15, n. 16, p. 84-115, Jul/Dez, 2008.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Bases para uma nova ATER Pública. **Revista Extensão**. n. 10, p.1-20, jan/dez, 2003.
- CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da Extensão Rural convencional à Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. 2008. Disponível em:
<http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/contents/p/hotoflow-view/content-view?object_id=885745> Acesso em 13 mar. 2017.
- DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural**: o caso da extensão rural pública no Rio Grande do Sul. 2010. 274 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- DUARTE, Daniel do Nascimento. **As diferentes abordagens da ação extensionista e suas implicações para o instituto capixaba de pesquisa, assistência técnica e extensão rural – Incaper**. 2010. 209 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p.47-71, janeiro-abril, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.
- HERNÁNDEZ, Carmen Osório. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” das mulheres rurais?** 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. **Censo agropecuário**, Rio de Janeiro, 2006. 267p
- _____. **Cidades@**. Rio Bananal. 2010. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320435&search=espírito-santo|rio-bananal>>. Acesso em: 26 fev 2016.
- MOSEDALE, Sarah. Assessing women’s empowerment: towards a conceptual framework. **J. Int. Dev**. n. 17, p. 243–257, 2005.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 523p.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **A utopia extensionista: ensaios e notas**. Brasília: Embrater, 1988, 314p.

OLIVEIRA, Luciano Rodrigues; BORGES, Vanessa Alves Justino. (orgs.). **Balço Social 2015 Incaper**. 3 ed. Vitória-ES: Incaper, 2016, 68p. (Documentos 244)

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas: Experiência em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 4-8, Dez. 2009.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, Senado Federal. Textos para Discussão nº 48. 2008.

PETTAN, Kleber Batista. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências**. 2010. 393f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Diálogo de saberes: experiências inovadoras no ensino da Extensão Rural**. In: Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural, 2. Santa Maria: UFSM, 1 a 3 dezembro de 2010. Disponível em:
<http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Scopinho_R_A.pdf> . Acesso em: 13 mar. 2017.

SCOTT, Joan Wallatch. **Gênero e Historia**. México: FCE. Universidade Autónoma de la Ciudad de México. 2008. 337p.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeíza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352p.

_____. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

_____. O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 2, n. 44, p. 106-110, 2002.